

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1706615 - TO (2017/0280235-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

EMBARGANTE : ESTADO DO TOCANTINS

**PROCURADOR : ELFAS CAVALCANTE LUSTOSA ARAGÃO ELVAS
E OUTRO(S) - TO004096A**

EMBARGADO : PIPES EMPREENDIMENTOS LTDA

EMBARGADO : JAYME FONSECA ESPIRITO SANTO

EMBARGADO : MARIA DO CARMO ALVES DOS SANTOS

EMBARGADO : PEDRO IRAM PEREIRA ESPIRITO SANTO

**ADVOGADO : SÉRGIO DOS REIS JUNIOR FERRADOZA -
TO003241**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS.

1. Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

2. No caso dos autos, não há vício a ensejar esclarecimento ou a integração do que decidido no julgado.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator